

Sem alternativa

Um programa de ajuste das contas públicas é sempre má notícia. Corte de despesas e aumento de tributos não são bem recebidos em setor algum. Todos resistem, cada qual sentindo-se mais injustiçado do que o outro — ainda que concordem, em tese, com a necessidade global de equilibrar despesas e receitas.

O problema é exatamente este: o ajuste atual é absolutamente necessário, ainda que sempre possam ser admitidos aperfeiçoamentos no programa elaborado pelo Governo — que é o primeiro a reconhecer, por exemplo, que a prorrogação da CPMF está longe de ser uma solução ideal. Em qualquer hipótese, um ajuste será sempre penoso; mas, dependendo da competência com que é elaborado, pode ser mais ou menos eficaz.

Obviamente, o papel do Congresso não pode ser limitar-se à aprovação passiva das medidas propostas pelo

Executivo, mesmo porque a argumentação puramente técnica dos economistas não deve prevalecer: é preciso que ela seja complementada pela visão política.

O que é inaceitável é a simples e taxativa rejeição do programa de ajuste, apontando-se os seus desagradáveis efeitos colaterais sem apresentar outra proposta para equilibrar as finanças do setor público. É o mesmo, por exemplo, que criticar o alto nível em que continuam sendo mantidas as taxas de juros — um instrumento a que o Governo recorreu por absoluta e desagradável necessidade; mas os críticos tendem a ignorar a inexistência de outra opção.

O Executivo elaborou a solução que considerou mais adequada para o problema, e os que afirmam haver uma saída melhor estão na obrigação de apresentá-la. A alternativa suicida é fazer de conta que não há necessidade de ajuste.